

2. FÓRUM • BRASILEIRO DOS DIREITOS DA NATUREZA



NEWSLETTER II

Universidade Estadual
de Santa Cruz



♦ Alvorada ♦

Abrindo as portas para o sentir, pensar e agir

Camila Ferri e Marina Spieth

Revisão: Isabele Moraes



Mesa de abertura do segundo dia do Fórum

Fotógrafa: Camila Ferri

O segundo dia do 2º Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza teve seu início pela manhã, no auditório Paulo Souto da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Com a calorosa condução de Iremar Ferreira, coordenador do Instituto Madeira Vivo (IMV), a abertura do evento foi enriquecida por música, mística e solenidade. Nas palavras do mestre de cerimônias: “a Mãe Terra, a Natureza, nos convoca e nos clama para que a gente tome atitude. Bem-vindos e bem-vindas! Direitos da Natureza!”. Ferreira também saudou os entes humanos e além humanos e, para despertar o corpo-espírito, guiou o “pisa ligeiro”, cantando e pisando com todos os presentes: “pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga, não assanha o formigueiro!”.

Na sequência, Ana Diniz, do Maracatu Estrela da Serra, presenteou o início das atividades com uma apresentação artística. Cantou com seu maracá, acompanhada pelas palmas do auditório, a chegada “do tempo de reencontrar e ser só amor”. Em seguida, o Cacique Ramon Tupinambá, acompanhado da Cacica Jesuína, agradeceu ao Grande Espírito por mais um dia de encontro e propôs um rezo em agradecimento à Mãe Terra e aos antepassados, bem como reflexões, seguidas de um canto tupinambá.

A abertura seguiu com a apresentação das entidades representantes do meio acadêmico. O Pró-Reitor de Extensão da UESC, Cristiano de Sant’anna Bahia, expôs os movimentos feitos pela Universidade, os quais chegam a 294 projetos de extensão ligados principalmente às comunidades indígenas, ressaltando a necessidade da escuta, mas também da prática, a fim de defender os territórios e

territorialidades. Joana Angelica Guimarães da Luz, Reitora da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), falou da importância de se questionar o modelo econômico vigente e de entender que, apesar das ações individuais, o padrão em que vivemos é insustentável e incompatível com os limites e ciclos socioambientais. Ou seja, a equação Meio Ambiente, Justiça Social e Desenvolvimento Econômico não fecha. A Reitora entende que tudo é Natureza e, nesse sentido, a academia precisa sair do pedestal sagrado e questionar seus impactos no mundo e a utilidade de suas produções.

Outra figura de destaque que compartilhou sua fala no início do dia foi a Coordenadora do Programa Harmonia com a Natureza das Nações Unidas (ONU), Maria Mercedes Sanchez. Ela relatou os avanços dos Direitos da Natureza pelo mundo e ressaltou a importância da verdadeira superação do Antropoceno, detalhando que a adoção dos direitos da Natureza pode ser feita a partir de diversos contextos socioculturais e constitucionais. Mas, para tanto, ela destacou a importância da ação coordenada entre academia, comunidades e governos, bem como de mecanismos de cooperação internacional multilateral. Maria Mercedes também relembrou a 14ª Resolução sobre Harmonia com a Natureza, 77/169 adotada em 2022 pela Assembleia Geral da ONU, que, em seu terceiro parágrafo operativo, solicitou ao Presidente da Assembleia Geral a possibilidade de criar uma Assembleia da Terra no âmbito da ONU, a ser realizada em 22 de abril de 2024. Por fim, a Coordenadora ressaltou a importância da escolha das palavras que utilizamos para transformar a realidade.

Ivo Poletto, do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS), apontou que os direitos da Natureza têm duas dimensões, a do coração e a jurídica, e que estas precisam caminhar juntas para haver uma verdadeira transformação. Vanessa Hasson, na capacidade de articuladora pelos Direitos da Natureza e da Mãe Terra, falou dos princípios da Natureza que são inspirados na própria Natureza não humana, nela a base é a cooperação. Ela compartilhou experiências pessoais que a levaram até ali e permitiram com que ela pudesse construir essa teia de abraços à Mãe Terra.

Ao fim da solenidade de abertura, o Cacique Ramon destacou que as comunidades indígenas já têm em seu entendimento de mundo: “é muito sim-

ples defender a Natureza, é só se sentir parte dela, isso nós fazemos (...). A gente só pode discutir sobre a Natureza a partir do momento em que se entende como tal”. Assim, ele cobrou as universidades brasileiras para que passem a reconhecer as estruturas de pensamento e os saberes dos povos originários, especialmente diante do persistente apagamento acadêmico da ação das comunidades indígenas na proteção da Vida. Por fim, ele denunciou as violentas ações exploradoras de mineração que desmatam e matam a região de Ilhéus. Ele encerrou sua fala com um canto coletivo que encaminhou as discussões para o que, em suas palavras, era o objetivo do dia: “estamos reconstruindo diálogos para reconstruir a vida”.

“Nós somos as raízes da esperança”

Apresentação poética de Daniela Passos na solenidade de abertura



Círculos e Oficinas

◆ Leis e pesquisas sobre os Direitos da Natureza ◆

A luta acadêmica e legislativa de reconhecimento

Giulia Feijó

Revisão: Alessandra Sousa

O círculo sobre “Propostas de leis de reconhecimento dos direitos da Natureza e políticas públicas correlatas” e sobre “Apresentação de pesquisas em direitos da Natureza” foi facilitado por Fernando Dantas, Mariza Rios e Flávia Soto Maior e contou com a presença das vereadoras Karine Roza e Henny Freitas. As discussões se iniciaram com uma dinâmica: dizer quem é você e uma palavra que expressasse o que era estar naquele espaço e o que os direitos da Natureza representavam. Algumas das palavras escolhidas foram: luta, resistência, atenção e atraso.

Com essas palavras em mente, o círculo discutiu a crise da ciência, que objetifica a Natureza como um entendimento que é posto como verdadeiro para a sociedade. Em seguida, considerou-se que os direitos da Natureza vêm de cosmogonias (um processo de construção) de povos originários, que são aqueles que têm um pensamento não-antropocêntrico. Considerou-se a necessidade de criar um senso comum que faça com que as pessoas se sintam como parte da Natureza. É preciso criar espaços para as novas gerações, desde a infância, para que estas consigam se perceber como uma parte dentro de um grande ecossistema.

Na dimensão prática, o círculo destacou iniciativas para a criação e continuidade de leis com intenção de proteger a Natureza. Os casos do Rio Laje, apresentado por Iremar Ferreira, e do cerrado em Serro (Minas Gerais), apresentado por Karine Roza, ilustraram a incorporação dos Direitos da Natureza na lei municipal. Por outro lado, há ainda muita luta, como nas regiões do Paraná, Alto Paraíso (Goiás) e em Cárceres, no pantanal de Mato Grosso, que teve a lei orgânica revogada.



Fotógrafa: Giulia Feijó

Momento de compartilhamento de experiências

◆ Bem Viver e vida em harmonia na Natureza ◆

Teoria e Prática

Camila Ferri

Revisão: Alessandra Sousa

O círculo, facilitado por Vera Catalão e Nádia Tupinambá, se iniciou com a escuta de um canto, com todos se colocando em roda, de pé. A música cantava que a terra é sagrada e o direito à terra é de quem trabalha nela. A partir de então, sentamos e nos apresentamos dizendo nosso nome e todos o repetiam em voz alta, seguido de “seja bem-vinda(o)”. Essa apresentação honrou a importância do canto do nome de cada um, reconhecendo o valor de cada pessoa para a construção do Bem Viver. Esse momento se fez importante, na medida em que o Bem Viver se faz no coletivo, se faz quando nos juntamos.

A roda fluiu de forma que cada pessoa pôde compartilhar o que é Bem Viver para si. Experiências pessoais e vivências de vidas e lutas coletivas vieram à tona nas falas, deixando em evidência o importante papel da subjetividade no entendimento, na vivência e na construção do Bem Viver, além da interconexão entre todos os seres. O ser comum em unidade e as experiências de vida em comunidades foram exemplos práticos do Bem Viver.

O círculo destacou as experiências de luta pelo Bem Viver e a (r)existência ancestral de conexão com a Natureza. Isso mostrou a importância do Bem Conviver coletivo, não só com o outro ser humano, mas também com os seres não humanos e consigo mesmo. O círculo se encerrou com canto e reza, guiado pela educadora Cacica Nádia Akawã Tupinambá de Olivença, criando um ambiente de unidade e amorosidade.



Fotógrafa: Patrícia Rinaldi

Círculo de escuta do canto da terra sagrada

♦ Agroecologia por uma nova economia e segurança alimentar ♦

As sementes da Vida, as trocas e a conexão

Kamilla Miasso

Revisão: Isabelle Moraes

O círculo se deu em um ambiente de trocas entre instituições, projetos e pessoas que, em alguns casos, nunca tinham ouvido falar sobre a prática da agroecologia. O ambiente também foi uma troca de sementes. Luciene Luz, uma das facilitadoras desse círculo, compartilhou seu projeto junto à instituição Acamares, uma Organização Não Governamental (ONG), originalmente de Sarzedo e que, em parceria com o Instituto Mário Campos, ambos de Minas Gerais, visa levar as pautas de agroecologia nas escolas para as crianças.

A iniciativa valoriza a prática de “plantar as sementes, e não só guardá-las”, ao se reconectar com a Natureza no plantio e cultivo dos alimentos. A instituição possui um banco de sementes, que são devidamente utilizadas para plantar e colher alimentos naturais, sem o uso de pesticidas e utilizando materiais recicláveis recolhidos pela Acamares Mário Campos.

O projeto necessita da aprovação da Associação dos Familiares de Vítimas que foram atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho no ano de 2019 (AVABRUM). Essa aprovação, por sua vez, depende do Ministério Público do Trabalho, que retém o dinheiro que a Vale pagou como indenização pelas vidas ceifadas no desastre de Brumadinho.

A agroecologia demonstra o cuidado e respeito com a terra, com o alimento e com a reciclagem, fazendo com que haja mais alimentos naturais e livres de conservantes. Ao final, Luciene permitiu que pudéssemos levar as sementes, colocando em prática a troca e o compartilhamento.



Fotógrafa: Kamilla Miasso

Banco de sementes do Projeto Acamares

♦ Inter-relações humanas e além humanas na Casa Comum ♦

“O futuro é ancestral”: a preocupação genuína sobre como defender a Natureza

Kamilla Miasso

Revisão: Alessandra Sousa

Ancestralidade, reencantamento, espiritualidade e amor. Essas foram algumas das palavras que emergiram da pergunta: “o que significa se (re)conectar com a Natureza?”. Um ponto discutido nesse círculo, facilitado por Mika Peck e Erika Fernandes, foi o fato de que nossa concepção sobre o que é a Natureza está relacionada com o nosso passado. Não o passado ancestral, que é de geração em geração como os costumes dos povos indígenas, mas sim o passado colonial e escravista, que rompeu de maneira violenta a relação do ser humano com a Natureza no Brasil.

“O futuro é ancestral”, disse Mika Peck, representante da Universidade de Sussex. Nesse cenário, abraçamos a pauta da ancestralidade, já que, para entender a forma de se relacionar com Rios, Mares, Lagoas, Árvores e Matas, é necessário ouvir e aprender com os povos que estavam aqui antes, mas que foram silenciados durante a construção das instituições que compõem o sistema político e econômico moderno. Dessa forma, esses povos não tiveram seus saberes, conhecimentos, cultura e sobrevivência considerados.

O círculo mostrou que, por meio da educação, especialmente a educação pautada pela ótica do Bem Viver, podemos avançar no reconhecimento da Natureza como um sujeito de direitos. Por essa ótica, a educação nos permite construir outras relações com a Natureza e, a partir disso, entender quais são as nossas obrigações, deixando claro que, antes de protegê-la, devemos entendê-la.



Fotógrafa: Kamilla Miasso

Círculo sobre inter-relações humanas e além humanas

◆ Dos Rios ao Oceano ◆

Águas internas e externas que sustentam a vida

Marina Spieth

Revisão: Alessandra Sousa

Durante algumas horas, o Círculo das Águas foi um encontro de muita troca, facilitado por Rafael Langella, Diulie Tavares, Rozoneide Gomes, Andrea Rocha e Littercilio Peba. A dinâmica de convergência de diferentes grupos levou a um momento único improvisado e fluido de partilha do movimento do Conselho Pastoral de Pescadores (CPP) e do Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais (MPP), em conjunto com o projeto Somos do Mar.

A tarde foi de compartilhamento das dificuldades sofridas, dia a dia, pelas comunidades tradicionais portadoras de sabedorias ancestrais e que tem suas vidas em simbiose com a Natureza. Os movimentos e organizações que trabalham na defesa dos múltiplos direitos envolvidos com a questão da Água partilharam suas lutas e desafios ligados a diversos temas, como: impactos ambientais, poluição, energias “limpas”, racismo ambiental, os desafios para promover a soberania alimentar, entre tantos outros.

Paralelamente, o projeto Somos do Mar proporcionou inicialmente uma prática meditativa que trouxe consciência de unicidade, de que todos somos Água dos oceanos ancestrais. Em seguida, durante a tarde, todos foram, de um em um e em silêncio, vendar os olhos e colocar suas mãos em baldes com diferentes experiências com a Água. Essa foi uma vivência sensorial que, ao final, possibilitou a partilha de memórias afetivas e sentimentos ancestrais e que, em um momento simples de contato com o toque, trouxe o sagrado com muita energia e conexão.



Fluindo como Água

Fotógrafa: Isadora Armani / International Rivers

◆ Lutas socioterritoriais no Brasil ◆

A solidão de povos e comunidades originárias e tradicionais na garantia por sua existência

Kamilla Miasso e Laís Samezima

Revisão: Isabele Moraes

Nessa oficina, facilitada por Mariana Estevo da Cáritas, discutiu-se como o direito de demarcação dos territórios das comunidades originárias e tradicionais tem sido historicamente reconhecido a partir de luta e resistência. Entretanto, em nome do desenvolvimento urbano, a demarcação foi sendo completamente negligenciada, visto que tal desenvolvimento é protegido e priorizado por parâmetros legais na sociedade brasileira e seus instrumentos jurídicos.

Emitido há mais de noventa anos, o documento que assegura a demarcação do território do povo Tupinambá de Olivença ainda está em tramitação. Na oficina, o Cacique Ramon Tupinambá relatou a necessidade de persistência da luta pela demarcação, principalmente pela falta de proteção do próprio Estado brasileiro. O que se vê e se vive é um cenário em que essas comunidades são violentadas e excluídas de decisões que impactam diretamente seu direito de existência.

O Cacique Ramon denunciou que, entre 2008 e 2023, cerca de 23 lideranças Tupinambás de Olivença foram assassinadas ao tentar reivindicar seus direitos de território e que não há sequer investigações sendo realizadas. Essa história representa muitas outras que enfatizam a solidão dos povos que lutam, completamente desamparados pelo Estado, por seus direitos básicos. Assim, a oficina se encerrou demonstrando a necessidade de povos indígenas e não indígenas em defender a demarcação dos territórios.



O grande círculo em união à luta socioterritorial

Fotógrafa: Kamilla Miasso

◆ Direitos da Natureza e transição energética popular ◆

Transformações práticas no combate às mudanças climáticas

Laís Samezima

Revisão: Isabele Moraes

A comunidade científica aponta que a crise climática atual é causada pela ação humana, resultando em inúmeros desastres naturais que estão cada vez mais recorrentes. A Oficina pensou soluções para a crise climática resultante da utilização humana de combustíveis fósseis, como o petróleo, o carvão e o gás natural.

Joilson da Costa, do Fórum de Mudanças Climática e Justiça Social, e Renan Andrade, ecologista social da 350.org, instituição que atua pela justiça climática e mudança de sistema, foram facilitadores da oficina e abordaram a urgência de uma transição energética justa, popular e inclusiva.

A partir de tais preocupações, Joilson apresentou os principais pilares para que a transição energética seja justa, popular e inclusiva, sendo eles: a geração de energia descentralizada, por meio da utilização de mais de uma fonte de energia para reduzir a dependência de uma só fonte; e que essa transição faça o esforço de abranger não apenas a geração de energia elétrica, mas também a geração de energia de calor e de transportes utilizados diariamente.

Por fim, foi enfatizada a importância da qualificação energética, uma maneira de adaptar o consumo e a produção de energia a partir da necessidade das pessoas, o que implica na superação do sistema ofertista vigente, em que a oferta de energia é exagerada e altamente lucrativa para empresas que detêm o monopólio da produção de energia.



Fotógrafa: Laís Samezima

Joilson Costa conduzindo as discussões sobre transição energética popular

◆ Espaço de Escuta da Terra ◆

Um espaço para se reconectar com a Mãe Terra

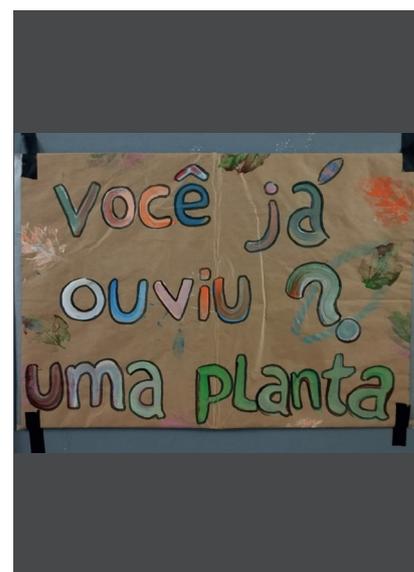
Kamilla Miasso

Revisão: Alessandra Sousa

Você já conversou com uma cachoeira? Ou escutou uma planta? Foram com essas perguntas que Danilo Lessa, pesquisador independente, apresentou o objetivo do Espaço de Escuta da Terra. Esse projeto conta com a ajuda de computadores, linguagem de programação e inteligência artificial para abrir a possibilidade de conversar com uma Cachoeira e, ainda, escutar o som de uma Planta.

Essa iniciativa é algo novo, pois faz uma junção um tanto inesperada da tecnologia digital com a Natureza. A conversa com a Cachoeira se dá a partir de um sistema de inteligência artificial que foi alimentado por diversos textos acadêmicos para representar a Cachoeira Salto do Sagrado, localizada no estado do Paraná, na região do Rio Sagrado em Morretes. Danilo ressaltou a importância de dar voz à Natureza nesse contexto em que “a comunidade local luta para que a cachoeira seja reconhecida como um Ser de Direitos”, a qual vem sofrendo ameaças de destruição em prol da construção de uma ferrovia.

Já a possibilidade de ouvir uma Planta se dá pela conversão das ondas magnéticas das plantas em um sistema que possui notas musicais. Sendo assim, a proposta de Danilo é fazer com que as pessoas possam interagir com a planta fazendo música, já que todos os sinais estão sendo transmitidos em ondas sonoras. É música para nossos ouvidos a tentativa de usar a tecnologia para nos reconectar com a Natureza de um modo leve e divertido.



Fotógrafa: Kamilla Miasso

Cartaz - “Você já ouviu uma planta?”



Fotógrafa: Laís Samezima

Entrega da Carta Vozes de Ilhéus, da juventude para Maria Mercedes Sanchez

♦ O anoitecer ♦

Encerramento e últimas considerações

Giulia Feijó e Laís Samezima

Revisão: Alessandra Sousa e Isabelle Moraes

O encerramento do 2º Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza foi marcado por muitos ritmos e rezas, de proteção e agradecimento. Mas, também foi constituído por uma grande força política, proferida pelo Cacique Ramon Tupinambá, que se pronunciou sobre a assinatura de um abaixo-assinado a respeito da demarcação do território indígena Tupinambá de Olivença, em Ilhéus, Bahia. O documento informa que, apesar do reconhecimento unânime, por parte do governo, de que o território pertence à comunidade, existe uma longa demora na sua regularização, que está parada há 15 anos. Essa lentidão tem como consequência o desmatamento da Natureza e a violência contra os povos originários ali localizados. Assim, com a assinatura dos participantes, a carta será encaminhada para o Ministério da Justiça, reforçando a demanda pela demarcação.

Após esse importante momento político, foi feita uma performance inspiradora e ritualística do grupo Afroliberarte, uma experiência enriquecida com ritmo, interpretação e multiplicidade cultural. Tanto as bailarinas quanto os percussionistas foram responsáveis por encantar a plateia com tanta originalidade.

Em seguida, o grupo de alunas do Grupo de Estudos Harmony with Nature do CERI-FACAMP, que são também estagiárias voluntárias do programa Harmony with Nature da Organização das Nações Unidas (ONU), subiram ao palco para apresentar o sumário executivo realizado durante aqueles dois dias de evento. Esse documento será entregue à ONU como evidência do início da construção da Assembleia da Terra Brasil e em contribuição à realização da Assembleia da Terra em âmbito global em abril de 2024.

Por meio desse relatório, o Fórum consolida sua contribuição internacional para a adoção dos direitos universais da Natureza, que deverão ser debatidos globalmente e assumidos na Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra no âmbito da ONU. Posteriormente ao Fórum, uma série de documentos serão

elaborados pelo grupo de estagiárias, na intenção de registrar como o fórum aconteceu, para publicação tanto nacional como internacional.

Outro marco do encerramento foi a entrega da Carta “Pelos Direitos da Natureza - Vozes de Ilhéus à Assembleia da Mãe Terra e aos Povos da Terra” para Maria Mercedes Sanchez, responsável pelo programa Harmony with Nature da ONU. A juventude de Ilhéus foi a responsável pela entrega da Carta, em uma cerimônia muito simbólica. Os jovens que participaram desse momento foram Caíque Andrade, aluno da UESC; Giovanna Oliveira, da equipe de organização do Fórum; Maria Eloísa; e Regiane Santos, jovens mulheres representantes de comunidades tradicionais.

Antes da entrega, os jovens leram a Carta a todos os presentes no auditório, denunciando a urgência pela ação climática, que deve estar acima dos interesses econômicos, assim como a proteção das comunidades originárias que, para além de serem enxergadas e protegidas, devem ser respeitadas e escutadas enquanto guias para um futuro que não se passe como verde, mas que seja e esteja, de fato, alinhado com a harmonia entre os seres humanos e a Natureza. Maria Mercedes se comprometeu em encaminhar a Carta para a ONU, como importante contribuição para a realização da Assembleia da Terra em 2024.

Após todas as considerações e agradecimentos aos participantes do 2º Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza, o grupo Maracatu Estrela da Serra entrou pelo auditório com sua batida ressoante com o coração de cada um presente naquele momento. A dança, a música e o canto realizados foram a maneira perfeita de encerrar esse evento marcado pela troca, por aprendizados, pelo compartilhamento e pela esperança de que, um dia, a escuta das comunidades originárias e tradicionais seja reconhecida pela maioria como a única maneira de pensar e criar relações que estabelecemos enquanto seres humanos e, principalmente, enquanto parte da Natureza.

◆ HA'VEEte - Obrigada! ◆



Pesquisadoras voluntárias do programa Harmony with Nature da ONU

O time de pesquisadoras voluntárias do programa *Harmony with Nature* da ONU é composto pelas integrantes: Alessandra Sousa, Camila Ferri, Giulia Feijó, Isabele Moraes, Kamilla Miasso, Laís Samezima e Marina Spieth. Todas são estudantes de Relações Internacionais nas Faculdades de Campinas (FACAMP) e fazem, ou fizeram, parte do grupo de estudos do CERI-FACAMP *Harmony With Nature*. Dentro do programa, elas são responsáveis pelas redes sociais oficiais do *Harmony with Nature UN*, assim como pela atualização da base de dados dos países que estão lutando para garantir os Direitos da Natureza. A base de dados está disponível para consulta no site oficial do programa: <http://www.harmonywithnatureun.org/>

2. FÓRUM • BRASILEIRO DOS DIREITOS DA NATUREZA



FACAMP CERI CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Harmony with Nature
United Nations

Edição

Patrícia Nogueira Rinaldi
Patrícia Capelini Borelli

Repóteres e Fotógrafas

Camila Ferri Luciano
Giulia Colombo Feijó de Souza
Kamilla Miasso da Silva
Laís Yumi da Cruz Samezima
Marina Helena Spieth

Revisão

Vanessa Hasson de Oliveira
Alessandra Fernandes de Sousa
Isabele Moraes de Oliveira

Design

Fernando Cavalari de Araujo